SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/06/2015 - Carta Capital

Um ano de Marco Civil em vigor, um ano sem regulamentação

Questões técnicas para garantir a neutralidade de rede, além de privacidade, acesso e desenvolvimento da internet precisam de atenção urgente

O Marco Civil da Internet (MCI) é lei em vigor no Brasil desde 23 de junho de 2014. Um ano depois, alguns aspectos da lei ainda carecem de regulamentação a fim de facilitar sua implementação. O caso mais evidente é a questão das exceções técnicas para a neutralidade de rede, mas outros temas como privacidade e acesso e desenvolvimento da Internet também precisam ser enfrentadas.

A demora justifica-se e legitima-se pelo amplo debate público sobre o texto do decreto, promovido pelo Ministério da Justiça (MJ), Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e a Anatel. Todo o processo de formulação e tramitação da lei também foi marcado pelas consultas públicas feitas por meio da Internet e presencialmente[1].

Essa dinâmica foi crucial para que o conteúdo afirmasse importantes direitos para toda a população brasileira no uso da rede mundial de computadores e estabelecesse regras claras e adequadas para as empresas que prestam serviços na Internet.

Até aqui, a regulamentação do MCI contou com diversas consultas de diferentes órgãos que têm voz e responsabilidade na decisão final do texto do decreto. Ainda em 2014, em dezembro, o CGI.br abriu a sua plataforma de participação. Já em 2015, em janeiro, o MJ começou um debate público em seu portal na internet. Na sequência, a Anatel, visando angariar subsídios especificamente para o tema da neutralidade de rede, também recebeu contribuições.

O MJ publicou os números da participação online. Foram mais de 44,8 mil visitas de usuários únicos, 339 discussões sobre a regulamentação abertas, somando 1,2 mil comentários, de 28 de janeiro a 30 de abril de 2015. No aniversário de um ano do MCI, as contribuições recebidas pelo MJ encontram-se em fase de sistematização. Interessados ainda podem enviar sugestões de redação do texto do decreto.

Entendemos que a abertura de contribuições para a formulação do decreto que regulamentará a lei foi necessária e oportuna para consolidar toda a metodologia participativa implementada no processo democrático adotado ao longo de processo de construção do MCI[2]. Mesmo assim, organizações da sociedade civil, especialistas em tecnologia e ativistas consideram importante a abertura para comentários da minuta do decreto, em uma plataforma online, para uma última análise da sociedade – conforme as práticas já adotadas anteriormente.

O efeito perverso, porém, é que as boas regras previstas na lei – apesar de estarem vigentes - vão se tornando exceções à espera da regulamentação. Os exemplos mais marcantes durante esse um ano referem-se às práticas de zero rating que efetivamente ferem a neutralidade de rede. A TIM já tem planos pré-pagos desde o final de 2014 relacionados ao WhatsApp que dá acesso gratuito e ilimitado ao aplicativo de mensagens de texto, voz e imagem.

Já em fevereiro deste ano, a parceria com foi estendida para outros planos, agora pós-pagos e tal ação motivou, inclusive, investigação do Ministério Público da Bahia sobre a alegação de que um dos planos poderia violar a neutralidade de rede. Já a Claro havia encerrado sua parceria com Facebook e Twitter em abril, inclusive alegando "que os clientes não deveriam ficar limitados a aplicativos específicos".Porém, em junho, a operadora anunciou que traz a promoção de volta e estende ela ao WhatsApp com Facebook e Twitter.

Além disso, a possibilidade de chegada do programa do Facebook chamado Internet.org traz mais uma ameaça à neutralidade de rede, já que também faz uso da discriminação de tráfego para prover um aplicativo com serviços específicos e de suposto interesse da população de forma gratuita. A empresa alega que não há violação da neutralidade de rede, pois não há "dados patrocinados" e que os serviços oferecidos funcionariam como um incentivo inicial a um posterior consumo de planos de internet.

Assim, com o objetivo de coibir essas violações ao MCI, e que as boas previsões da lei sejam consolidadas, é necessário que o decreto de regulamentação seja editado com brevidade. A realização dos direitos adquiridos com a entrada em vigor do MCI não pode esperar por mais um ano.

*Laura Tresca e Luiz Alberto Perin Filho são integrantes da área de Direitos Digitais da ARTIGO 19

[1] No ano do lançamento da proposta, 2009, foram mais de 800 contribuições, entre comentários, e-mails e referências propositivas na plataforma digital. Em 2010, foi aberto mais um processo de consulta pública online, agora sobre o anteprojeto que havia sido elaborado com base nas contribuições do ano anterior. Foram mais de 2.000 contribuições e comentários online.

Após mais de um ano, em agosto de 2011, o projeto sistematizado foi finalmente encaminhado à Câmara dos Deputados. Entre 2012 e 2014, foram realizadas dez audiências públicas, regionais e nacionais, para aprofundar o projeto. O portal E-democracia, da Câmara dos Deputados, também realizou consulta pública online e os comentários feitos foram incorporados ao texto pelo relator da lei, o deputado Alessando Molon .

[2] É verdadeiro que todos os ambientes de participação criados buscaram trazer o maior número de visões possíveis sobre os temas debatidos – o que acabou por revelar a pluralidade e divergência de opiniões e interesses presentes entre organizações da sociedade civil, empresas e de outros vários setores como Ministério Público ou Polícia. Apesar de ampla mobilização e panorama favorável à pluralidade de ideias, vale notar que o debate ainda se concentrou nos diversos atores que têm interesse direto no ambiente da rede.

22/06/2015 - Carta Capital

Imposto sobre herança deve ir ao Congresso após ajuste fiscal

Governo estuda ampliar a alíquota, que hoje não passa de 8%

O governo deve enviar ao Congresso um projeto que aumenta as alíquotas do imposto sobre heranças após a votação do ajuste fiscal. A informação foi publicada nesta segunda-feira 22 pelo jornal Valor Econômico, segundo o qual o projeto é defendido pelos ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil) e Nelson Barbosa (Planejamento), mas contestado por Joaquim Levy (Fazenda).

Previsto na Constituição, o imposto sobre heranças é cobrado pelos estados e tem, atualmente, uma alíquota média de 3,86%. É um índice bem abaixo do praticado por outros países que, como o Brasil, não taxam a renda e a riqueza de forma intensa. A Suíça, por exemplo, tem uma taxa de 25%, enquanto nos Estados Unidos ela é de 29% e, na Inglaterra, de 40%. Países com tributos elevados sobre a renda, patrimônio e riqueza, como Austrália, Canadá, Noruega e Suécia, não cobram imposto sobre herança.

A intenção do governo é mudar essa realidade, como forma de ampliar a arrecadação, mas também de acenar para setores progressistas e aumentar a contribuição do chamado "andar de cima" sem regulamentar o imposto sobre grandes fortunas, também previsto na Constituição. Para isso, como mostrou CartaCapital, a ideia é obter o apoio de prefeitos e governadores para o novo imposto sobre heranças, cuja arrecadação ficaria, na maior parte, com os estados e os municípios. Com o tributo elevado, mesmo ficando com uma parte do imposto, a parcela seria maior que a totalidade recebida hoje.

Segundo o Valor, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) elaborada pelo governo trará faixas de isenção, casos de não incidência e limites mínimos e máximos para o imposto. Um dos cenários prevê alíquota mínima de 20%, o que elevaria a arrecadação anual do imposto dos atuais 4,5 bilhões de reais para 25 bilhões de reais. Atualmente, a taxa máxima possível no Brasil é de 8%, praticada em apenas três estados: Bahia, Ceará e Santa Catarina.

A nova PEC só deve ser mandada ao Congresso após a conclusão da votação do ajuste fiscal, prioridade do governo. O último projeto do ajuste é o que diminui a desoneração da folha de pagamentos. Ele está na pauta da Câmara para esta semana, mas a tendência é que sua análise seja adiada.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/06/2015 - CUT

Frente Parlamentar contra o PL 4330 será lançada nesta quinta-feira (25) em São Paulo

A meta é mobilizar a classe trabalhadora para sensibilizar o Senado à vetar o PL

Na próxima quinta-feira (25) será lançada a Frente Parlamentar contra o Projeto de Lei (PL) 4330, atual Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, que regulamenta a terceirização em todas as atividades. Coordenada pelo Deputado Estadual de São Paulo pelo PT, Teonilio Barba, a frente tem como principal objetivo ampliar o debate sobre o projeto, mostrando os malefícios que a aprovação da terceirização na atividade-fim terá sobre o direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Será no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, entidade que lidera movimentos trabalhistas desde o fim da década de 70.

A meta principal é mobilizar a classe trabalhadora para sensibilizar o Senado a vetar o projeto de lei, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados em Brasília.

Apoiam a Frente Parlamentar contra o PL 4330 os deputados Adilson Rossi (PSB), Alencar Santana (PT), Ana do Camo (PT), Átila Jacomussi (PCdoB), Beth Sahão (PT), Carlos Gianazzi (PSOL), Carlos Neder (PT), Clélia Gomes (PHS), Ed Thomas (PSB), Geraldo Cruz (PT), João Paulo Rillo (PT), Jorge Wilson (PRB), Leci Brandão (PCdoB), Luiz Carlos Gondim (SDD), Luiz Fernando (PT), Luiz Turco (PT), Marcia Lia (PT), Marcos Damasi (PR), Marcos MArtins (PT), Orlando Morando (PSDB), Paulo Correa Jr. (PEN), Professor Auriel (PT), Raul Marcelo (PSOL), Ricardo Madalena (PR) e Tripoli (PV).

Histórico do projeto de terceirização

O PLC 30/2015 tem origem do PL 4330 de autoria do ex-deputado federal Sandro Mabel (PR-GO). Na primeira votação na Câmara dos Deputado, no último 8 de Abril, o projeto foi aprovado por 324 votos a favor, 137 contrários e 2 abstenções.

Na segunda votação já com emendas alteradas, mas mantendo a proposta de terceirização da atividade-fim, em 22 de abril, foram 230 votos favoráveis e 203 contra.

Agora o PLC 30 está no senado aguardando apreciação dos parlamentares.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/06/2015 - CUT

Jornalista da Veja é punida por plagiar mais de 60 reportagens

Profissional foi denunciada por 23 jornalistas de diversos veículos

O SindijorPR aceitou a decisão do Conselho de Ética do Paraná (CEP) que comprovou o plágio praticado pela jornalista Joice Hasselmann e vai impedir, definitivamente, o ingresso da profissional no quadro social do sindicato (LEIA AQUI parecer do CEP). Assim, Joice não poderá integrar a instituição e utilizar serviços e benefícios. A decisão do CEP será publicada em veículo de grande circulação, como prevê o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

A Direção do SindijorPR cumpre o que determina o parecer final do conselho, que identificou o plagio da jornalista em 65 reportagens, escritas por 42 profissionais diferentes, somente entre os dias 24 de junho e 17 de julho de 2014. A denúncia de plágio contra Joice Hasselmann era investigada desde o período pelo CEP, após solicitação de 23 jornalistas de diversos veículos.

Com um processo de mais de 100 páginas, a punição da jornalista Joice Hasselmann é a primeira por plágio no Paraná. A Direção do SindijorPR rechaçou a atitude da profissional, que se apropriou do trabalho intelectual de colegas de profissão, utilizando isso para dar visibilidade à sua carreira, como se fosse a autora das reportagens.

Em reunião, na noite do dia 16 de junho, os diretores do SindijorPR decidiram levar a investigação da fraude nas publicações cometidas por Joice Hasselmann à Comissão Nacional de Ética da Federação dos Jornalistas. O Sindicato entende que o trâmite estadual foi cumprido e cabe, agora, encaminhar o caso de plágio à Comissão Nacional, onde outras sanções estão previstas.

No parecer final, a jornalista é advertida por Contrafação, que é a produção comercial de um artigo sem autorização do profissional e da entidade que detém a sua propriedade intelectual.

O presidente do Conselho de Ética, Hamilton Cesário, que coordenou a análise do plágio, afirma que Joice Hasselmann teve seu direito de questionar as denúncias garantido por diversas vezes, mas não atendeu a nenhuma convocação. “Ela abriu mão de se defender”, destaca Cesário.

Outra consequência da decisão, além de não poder exercer seu direito como jornalista vinculada ao SindijorPR, é que jornalistas prejudicados podem encaminhar processos civis contra a profissional. Segundo o parecer, Joice Hasselmann, além de infringir artigo do Código de Ética, feriu a legislação de direito autoral.

Hoje apresentadora da Veja.com, em São Paulo, Joice Hasselmann cometeu o plágio quando mantinha um site no Paraná, o Blog da Joice. A jornalista passou pela Rádio BandNews e TV Record, na capital paranaense, antes de se transferir para o semanário nacional.

*O Sindijor procurou Joice Hasselmann sem sucesso. Até o fechamento desta publicação a profissional não havia respondido às solicitações do Sindicato.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/06/2015 - Observatório da Imprensa

A grande mídia só pensa naquilo: pegar Lula

A grande mídia quer porque quer pegar o ex-presidente Lula e não perde uma oportunidade para fomentar a imaginação dos seus leitores

A 14 ª fase da Operação Lava Jato deveria chamar-se Operação Apocalipse, mas o comando da força-tarefa preferiu a citação latina, mais edificante, Erga Omnes, "contra todos" – perante a lei não há privilégios.

Mas a imprensa – sobretudo a hebdomadária – sempre agarrada à possibilidade de grandes emoções e trepidações, preferiu enxergar na prisão dos presidentes da Odebrecht e Andrade Gutierrez (as duas maiores empreiteiras do país com obras nos quatro cantos do mundo), uma espécie de fim do mundo.

Na capa da Veja a seguinte chamada:

>> "A Queda do Príncipe dos Empreiteiros – A prisão de Marcelo Odebrecht leva a investigação do escândalo da Petrobrás ao patamar mais alto do poder na era Lula"

Na capa da concorrente, Época, o mesmo Marcelo Odebrecht em foto sombria, preto & branco, clima cataclísmico:

>> "Ele ameaça derrubar a República – A força-tarefa prende Marcelo Odebrecht, uma empresa que explodiu em faturamento na era Lula"

CartaCapital, que fecha às quintas-feiras, evidentemente não conseguiu noticiar uma fato que ocorreu horas depois, na manhã da sexta-feira. Lástima: seria interessante comparar a sua entonação com as dos outros semanários. Certamente seria mais contida, menos histérica, sem aquela aposta de fim dos tempos.

Na apresentação de Veja, a ilusão de que a Polícia Federal está a um passo de prender o ex-presidente Lula. Na de Época, o suposto desafio dos Odebrecht ao governo: "Terão de construir três celas" (uma para o pai e antecessor de Marcelo, Emílio, outra para Lula e a terceira para Dilma).

Sem fôlego

Este é o estado do nosso jornalismo contemporâneo escancarado, sem inibições, por duas das maiores empresas de mídia brasileiras (Grupo Globo e Abril): no lugar de fatos e respectivas implicações, fantasias e inferências. Em vez de evidências e comprovações, conjecturas delirantes. A grande mídia quer porque quer pegar o ex-presidente Lula e não perde uma oportunidade para fomentar a imaginação dos seus leitores.

O governo Dilma não pode estar por trás do cerco da força-tarefa às grandes empreiteiras como as reportagens tentam evidenciar, a não ser que estivesse dominado por um surto suicida. Ao contrário, o governo prefere que as investigações fiquem circunscritas à esfera da Petrobras de modo que as empreiteiras possam continuar operando em outros projetos e obras sem engrossar a crise econômica.

A Operação Lava Jato está em curso há cerca de 460 dias e os nossos jornalistas investigativos ainda não conseguiram perceber que, desta vez, as investigações que contam e produzem resultados são as empreendidas pelo Estado, alheias ao voluntarismo dos grupos de mídia.

A imprensa está a reboque dos eventos, sem fôlego sequer para produzir balanços; e assim ficará, exangue e inapetente, enquanto seus paradigmas e doutrinas continuarem ditados pelas redes sociais.